

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE UMA PRAÇA UTILITÁRIA EM URUPÁ-RO

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE UMA PRAÇA UTILITÁRIA EM URUPÁ-RO

Artigo apresentado no curso de graduação, em Arquitetura e Urbanismo da São Lucas Educacional 2020, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora. Prof. Esp. Ariadne Fernandes.

A657p

Aquino, Aécio de Lima

Proposta de implantação de uma praça utilitária em Urupá-RO / Aécio de Lima Aquino. Ji-Paraná: Centro Universitário São Lucas, 2020.
23 p. il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Centro Universitário São Lucas, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Ji-Paraná, 2020.

Orientadora: Prof.^a. Esp. Ariadne Fernandes Alves Góes

1. Praça utilitária. 2. Praça. 3. Área de lazer. I. Góes, Ariadne Fernandes Alves. II. Proposta de implantação de uma praça utilitária em Urupá-RO. III. Centro Universitário São Lucas.

CDU 712

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário:
José Fernando S Magalhães CRB 11/1091



SÃO LUCAS
EDUCACIONAL

ATA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ATA Nº 01/2020 - DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No 07 dia do mês de julho de 2020, no horário das 14:00h reuniram-se o(a) Orientador(a) professor(a) **Ariadne Fernandes Alves** e o(a) professor (a) **Maycon Del Piero da Silva** e arquiteto(a) convidado(a) **Silvana Maria dos Santos** para comporem Banca Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a presidência do(a) primeiro(a), para analisarem a apresentação do trabalho de **Proposta de implantação de uma praça utilitária em Urupá - RO**. Após arguições e apreciação sobre o trabalho exposto foi atribuída à menção como nota do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) acadêmico(a): **Aécio de Lima Aquino**.

Aécio de Lima Aquino
Aécio de Lima Aquino

Ariadne Fernandes Alves
Prof. Esp. Ariadne Fernandes Alves
Orientador(a)

Maycon Del Piero da Silva
Prof. Esp. Maycon Del Piero da Silva

Silvana Maria dos Santos
Silvana Maria dos Santos
Arquiteta e Urbanista

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE UMA PRAÇA UTILITÁRIA EM URUPÁ-RO

Aécio de Lima Aquino¹

Ariadne Fernandes Alves Góes²

Vladimir José Chagas³

RESUMO: Atualmente o município de Urupá tem diversas carências de área de lazer para atender a população, com isso uma praça se faz necessária pois é um espaço que atende a todos, então esta pesquisa visa atender essa carência e outros problemas que afligem os moradores, propõe-se então a implantação de uma praça pública utilitária e de lazer proporcionando assim um espaço onde as pessoas possam ter contato produtivo com a natureza e aprender sobre alimentação saudável. Para criar esse espaço estudos e pesquisas foram realizados desde o surgimento desses espaços e do leque de opções que podiam ser tiradas a partir disso, as legislações que precisam ser atendidas para trazer conforto a todos os usuários, referências que se encaixem nesse perfil, as necessidades da população, os métodos de introdução e aproximação da população a esse projeto, materiais empregados e técnicas construtivas que tragam custo benefício a implantação projetual, e com isso foi desenvolvido um projeto que traz várias áreas para atrair a população desde as crianças aos idosos, com espaços destinados ao lazer, a prática de esportes, playground, além de possuir os espaços de jardim e espaço onde as pessoas podem participar da composição da horta proporcionando com isso a integração, cuidado com o ambiente, e conscientização alimentar.

Palavras-chave: praça utilitária. Praça. Área de lazer.

PROPOSAL FOR IMPLEMENTATION OF A UTILITY SQUARE IN URUPÁ-RO

ABSTRACT: Currently, the municipality of Urupá has several leisure areas to serve the population, with a square that causes damage and a space that serves everyone, so this research aims to address this shortage and other problems that affect residents, so the implementation public utility and leisure plaza will use it as a space where people can have productive contact with nature and learn about healthy eating. To create this space for studies and research carried out since the appearance of these spaces and the option of options that can be taken from that, such as legislation that needs to be met to offer comfort to all users, references that fit this profile, such as of the population, the methods of introduction and the approximation of the population in a project, materials used and construction techniques that bring the cost benefit of an implementation project, and with this a project was developed that brings several areas to show some areas to show the population from children to the elderly, with spaces used for leisure, a sports practice, playground, in addition to using the spaces in the garden and the space where people can participate in the composition of the garden, use with that integration, care for the environment and food awareness.

Keywords: utilitarian square. Square. Recreation Area.

¹ Aécio de Lima Aquino graduando em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário São Lucas, 2020.
aecio_urupa@hotmail.com.

² Ariadne Fernandes Alves Góes professora orientadora do curso de Arquitetura e Urbanismo Centro Universitário São Lucas,
Ariadnef.arg@gmail.com.

³ Vladimir José Chagas professor da matéria de ateliê de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário São Lucas,
vladimirchagas1@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A implantação da praça utilitária vai trazer um grande impacto para a população do município de Urupá, várias mudanças financeira, ambiental e alimentar na vida da população, o intuito é que essas mudanças logo se integrem a vida da população e passem a fazer parte de seu cotidiano.

A praça será implantada no bairro Alto Alegre onde não se tem uma área de lazer para atender as necessidades da população, além disso a construção dessa obra trará benefícios ambientais com a arborização, alimentar com a implementação da horta para conscientização sobre alimentação saudável, sustentabilidade com a captação da água da chuva para ser aproveitada para regar o jardim e a horta.

Os impactos causados serão vários e precisam ser levantados e estudados dos mais simples aos mais complexos se essa nova área de lazer será bem usada, se ambientalmente afetará ao município e de que forma, além de estudar se fará com que crie novos hábitos alimentares para a população e se afetará na conscientização de população em diversos aspectos.

Se as pessoas se envolverem com a implantação da praça elas podem participar ativamente da construção dela, desde escolher os tipos de vegetações que serão plantadas no local a participar desse plantio, o intuito do projeto é que isso ocorra e que a população se sinta acolhida no local e participe das aulas e oficinas para aprender sobre alimentação e como produzir alguns alimentos.

A estruturação do projeto e o acolhimento da população fazendo assim que a nova área de convivência criada fique cheia e que todos possam interagir e participar da sua composição e aprender sobre alimentação e ter contato direto com a produção de alimentos que será realizada nas dependências da praça com o intuito de abastecer as crianças das escolas próximas.

A praça além de trazer espaço de convivência quer trazer um espaço que incentive os esportes com áreas de academia ao ar livre além de quadra poliesportiva e campo, propor espaço para crianças, e trazer benefícios ambientais que serão feitos com projeto de captação e reuso de água, além de propor espaço educativo e compor um espaço harmônico e acolhedor onde a população se sinta bem.

Foram coletadas informações para atender da melhor forma possível todas as necessidades da população, onde foram comparadas com as referências tanto nacionais quanto internacionais e todo o seu histórico para direcionar o projeto da

melhor forma, depois foi pensado nos terrenos disponíveis e como atender a população com as limitações que existe no terreno.

Para a prévia de desenvolvimento do projeto vários fatores foram levados em consideração como o surgimento nacional e internacional, as legislações que precisam ser usadas para que todas as pessoas possam usufruir, além das normas a seguir para deixar o local mais agradável e bonito, e ainda a defesa de pensadores. A questão do paisagismo será levada em conta para produzi-lo, e vários tipos de praça foram estudados para se chegar ao conceito utilizado, para se produzir um projeto que atenda às necessidades da população mesmo com a limitação do terreno utilizado, e ainda assim produzir um ambiente que seja belo para não se perder a essência de uma praça; que deve ser também um local de apreciação da beleza dos canteiros de flores, arvores, gramados e outros elementos.

As mudanças que ocorreram trarão benefícios para o dia a dia da população para mexer com o seu momento de lazer com um local apropriado além de o estimular a prática de exercício físico e interação com parentes e amigos, e ainda mexer com a rotina alimentar com implantação de novos hábitos saudáveis.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para propor um modelo de praça utilitária e necessário mostrar o surgimento e desenvolvimento e todo o contexto das praças.

2.1 HISTÓRICO

Para Teixeira (2001) as praças são diversificadas em relação as origens, funções e formas e na relação com os outros elementos do traçado urbano, bem como os diferentes tipos de estruturação e crescimento das cidades.

Para Vieiro e Filho (2009) a praça tem entre outras finalidades abrigar eventos de lazer e social e reunir pessoas por ser um local urbano, composta normalmente de bancos, arvores, paisagismo e áreas para esporte dependendo da finalidade específica da praça.

Caldeira (2007) cita as duas visões de surgimento das praças no Brasil, a que chegou com os portugueses e seus conhecimentos urbanos, implantando assim não só as praças, mas toda a infraestrutura da cidade; como também os pátios centrais ou praças que existiam nas aldeias indígenas para realização de cerimônias e rituais e fazer a divisão hierárquica dos espaços de convivência.

Para Gouvêa (2013) o constante crescimento da cidade, mais edificações, ruas maiores, veículos e stress diário, as praças se transformam em área de fuga para as pessoas irem descansar, conversar, interagir e fazer atividades de lazer.

2.2 LEGISLAÇÃO

As leis e normativas são de suma importância para que as técnicas construtivas sejam executadas de forma correta nos projetos.

Algumas das normas encontradas nas legislações são regras de acessibilidade desde tamanho de calçadas com tamanhos de passagem, regras para rampa e tamanhos para banheiro acessível, entre outras, para proporcionar conforto, segurança, e igualdade para todos que irão utilizar o espaço que está sendo construído.

2.2.1 Municipal

Cada município tem a sua legislação para realização de obras tanto publica como privada.

Quadro 1: Código de Obras do município de Urupá/Rondônia (URUPÁ, 1994)

Art. 66	Além das demais disposições deste código que lhes forem aplicáveis, os edifícios públicos deverão obedecer, ainda, as seguintes condições mínimas para cumprir o previsto no artigo 3º presente Lei: I – Rampas de acesso ao prédio deverão ter declividade máxima de 8%, possuir piso antiderrapante e corrimão na altura de 0,75 m; II – Na impossibilidade de construção de rampas, a portaria deverá ser no mesmo nível da calçada; III – todas as portas deverão ter largura mínima de 0,80 m; IV – Os corredores deverão ter largura mínima de 1,20 m será de 0,80 m.
Art. 67	Em, pelo menos, um gabinete sanitário de cada banheiro e masculino e feminino, deverão ser obedecidas as seguintes condições: I – Dimensões mínimas de 1,40 m x 1,85 m; II – O eixo do uso sanitário deverá ficar a uma distância de 0,45 m quarenta e cinco centímetros de uma das paredes laterais; III – as portas não poderão abrir para dentro dos gabinetes sanitários e terão no mínimo 0,80 m de largura; IV – A parede lateral e a mais próxima ao vaso sanitário, bem como o lado interno da porta deverão ser datadas de alça de apoio, a uma altura de 0,80 m; V – Os demais equipamentos não poderão ficar a alturas superiores a 1,00.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

2.2.2 Estadual

Cada estado possui as suas legislações e normas a serem observadas nos projetos. Definindo assim as formas e medidas a serem realizadas nas intervenções em seus municípios.

Quadro 2: Corpo de Bombeiros – Lei nº 3924 - (RONDÔNIA, 2016)

Artigo.3	O responsável técnico pela edificação devesse adequar o seu projeto arquitetônico as exigências e necessidades de combate e segurança ao incêndio.
----------	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 3: CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Art. 224.	São indisponíveis as terras devolutas e as que vierem a ser arrecadadas pelo Estado, necessárias às atividades de recreação pública e à instituição de parques e demais unidades de conservação, para proteção dos ecossistemas naturais, arrecadadas em ações discriminatórias.
-----------	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

2.2.3 Federal

As leis federais são utilizadas nas intervenções feitas por todo o território nacional nas áreas de uso público.

Quadro 4: Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências
LEI N° 6766. (BRASIL, 1979)

Art. 6	Antes da elaboração do projeto de loteamento, o interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal quando for o caso, que defina as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário, apresentando, para este fim, requerimento e planta do imóvel contendo, pelo menos: IV - A indicação dos arruamentos contíguos a todo o perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada;
Art. 7	A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, indicará, nas plantas apresentadas junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes de planejamento estadual e municipal: III - a localização aproximada dos terrenos destinados a equipamento urbano e comunitário e das áreas livres de uso público;

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

2.2.4 Normas Técnicas

Além das leis federais temos as normas técnicas como a NBR que é parte das normas da ABNT (associação brasileira de normas técnicas).

Quadro 5: NBR 9050/2015: dispõe sobre acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2015).

10.13 Parques, praças e locais turísticos
10.13.1 Parques, praças e locais turísticos que possuam pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados devem ser dotados de rotas acessíveis.
10.13.2. Nos locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente.
10.13.3 O piso das rotas acessíveis deve atender às especificações contidas em 6.3.
10.13.4 Pelo menos 5 %, com no mínimo uma, do total das mesas destinadas a jogos ou refeições devem atender ao descrito em 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade.
10.13.5. Quando se tratar de áreas tombadas, deve-se atender ao descrito em 10.1 e 10.2.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

2.3 OPINIÃO DE AUTORES

Para Boullón (2002) a praça é um espaço turístico, lugar de diversos estratos sociais e de articulações que contempla o lazer e um espaço relativamente pequeno para toda cidade mais importantíssima para o seu turismo.

Segundo Vaz (2002 *apud* ECKER, 2016) a praça tem vocação de espaço urbano referencial, e se constitui de cenas de encontro e realização de atividades sendo assim ponto nodal da cidade.

Segundo Gomes (2007) a praça é um espaço para todos e um ponto de socialização onde a espontaneidade deve prevalecer. O distanciamento da população faria com que ocorra o seu esvaziamento assim deixando de ser lugar de espontaneidade e sociabilidade.

Para Robba & Macedo (2010) as praças se limitam a áreas livres de veículos e sem edificações com intuito de proporcionar o convívio da população.

2.4 REFERENCIAL ARQUITETÔNICO

As referências arquitetônicas apresentadas aqui serviram de base para o estudo da proposta de programa de necessidades do projeto.

2.4.1 Internacional

2.4.1.1 Praça Fonte Nova

Projeto do escritório José Andrião Arquitetos, localizado na Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo, 1500-501 em Lisboa, Portugal; com área de 35000 M², projetada em 2017.

(...) A construção da praça tira partido do coberto arbóreo existente de Tipuanas-tipu, conservando, mantendo e dignificando todos os exemplares e plantando novos, de modo a produzir um ambiente qualificado pelas sombras das árvores. Todo o pavimento da praça é em betão. No seu interior criam-se zonas de estadia e lazer em pontos específicos através de "ilhas" que pontuam o espaço. Estas "ilhas" contêm programas de carácter específico que apoiam as áreas de estadia: quiosques com esplanadas, uma fonte, um parque infantil e um parque canino e jardins. As "ilhas" são delimitadas por bancos contínuos em todo o seu perímetro. (ARCHDAILY, 2018).

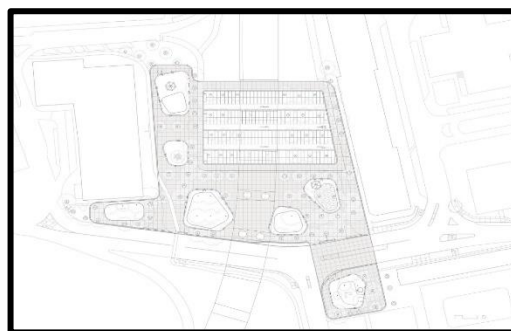
As imagens a seguir mostram a implantação da Praça de Fonte Nova e uma imagem da praça com o banco contínuo que divide a praça em vários setores.

Figura 1: Vista do projeto



Fonte: ArchDaily, 2018.

Figura 2: Implantação



Fonte: ArchDaily, 2018.

(...) A construção da praça tira partido do coberto arbóreo existente de Tipuanas-tipu, conservando, mantendo e dignificando todos os exemplares e

plantando novos, de modo a produzir um ambiente qualificado pelas sombras das árvores. Todo o pavimento da praça é em betão. No seu interior criam-se zonas de estadia e lazer em pontos específicos através de “ilhas” que pontuam o espaço. Estas “ilhas” contêm programas de carácter específico que apoiam as áreas de estadia: quiosques com esplanadas, uma fonte, um parque infantil e um parque canino e jardins. As “ilhas” são delimitadas por bancos contínuos em todo o seu perímetro. (ARCHDAILY, 2018).

2.4.1.2 Hefei Wantou & Vanke Paradise Art Wonderland Fase 1

Projeto do ASPECT Studios, localizado em Heifei, Anhui, China; com área de 15.000 M², projetada em 2017.

O projeto reflete elementos da comunidade local e da cultura, com a flor da cidade –a romã – sendo uma forte inspiração para a concepção do espaço social da comunidade, definindo a forma, a cor e a composição para criar uma experiência colorida, ousada e vibrante. Juntamente com um programa dinâmico de paisagismo que visa atender às necessidades da comunidade e sua população, incentiva-se a interação, a conexão e a comunicação (ARCHDAILY, 2018).

A imagens a seguir mostram a o projeto de implantação e as imagens do projeto concluído.

Figura 3: Implantação



Fonte: ArchDaily, 2018.

Figura 4: Vista do projeto



Fonte: ArchDaily, 2018.

2.4.2. Nacional

2.4.2.1 Praça Victor Civita

Projeto do escritório Levisky Arquitetos Associados e Anna Julia Dietzsch, localizado em São Paulo – SP, Brasil, projeto de 2007.

Um grande deck de madeira certificada pousa sobre o terreno, sustentado por estrutura metálica, de modo a impedir o contato com o solo contaminado. O deck se estende na diagonal do terreno, propondo um percurso que enfatiza a perspectiva natural do espaço e convida o usuário a percorrer os caminhos da Praça. Como o casco de um grande barco, o deck se desdobra do plano horizontal ao vertical com formas curvilíneas, criando ambientes que se delimitam pela tridimensionalidade da forma, grandes “salas urbanas” que diversificam e incentivam o uso público do espaço (ARCHDAILY, 2011).

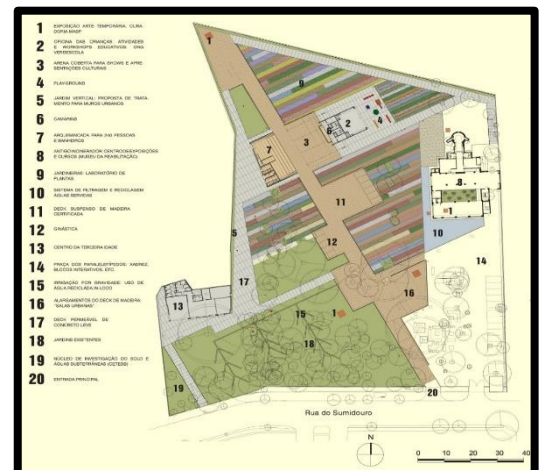
As imagens a seguir mostram uma imagem do projeto executado e a outra mostra o projeto de implantação.

Figura 5: Vista do projeto



Fonte: ArchDaily, 2011.

Figura 6: Implantação



Fonte: ArchDaily, 2011.

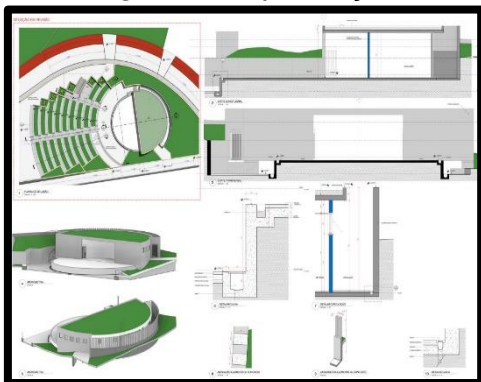
2.4.2.2 Parque Madureira

Projeto do escritório Ruy Resende Arquitetos, localizado em Rio Janeiro – RJ, Brasil, projetado em 2016.

A rra (Ruy Rezende Arquitetos) desenvolveu o projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo do parque. O principal desafio foi a elaboração de um projeto, baseado em um programa de educação sócio-ambiental, desenvolvido pela Prefeitura, e que contou com a participação fundamental da sociedade, resultando na criação um equipamento público sustentável, aliando requalificação urbana, valorização da comunidade, recuperação ambiental e gestão de recursos. A rapidez na apropriação do parque pela comunidade reflete o sucesso desta cooperação (ARCHDAILY, 2016).

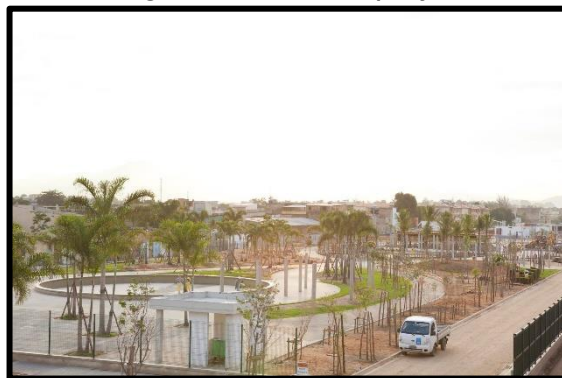
As imagens a seguir mostram a implantação do projeto e uma vista do projeto finalizado.

Figura 7: Implantação



Fonte: ArchDaily, 2011.

Figura 8: Vista do projeto



Fonte: ArchDaily, 2011.

3 MATERIAL E MÉTODOS.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, artigos, teses, monografias, dissertações e periódicos nacionais e internacionais com relação ao tema, estudando assim a viabilidade da construção da praça utilitária em Urupá, verificando assim as técnicas construtivas e as vantagens e desvantagem.

3.1 TIPOLOGIA

ARQUITETURA PAISAGISTA

Para Telles (2017) a arquitetura paisagista é um trabalho que necessita de conhecimento de várias áreas como conhecimento ecológico e artístico e suas bases são a visão humana, a profundidade cultural e o conhecimento científico e técnico. Essa profissão possui várias características como social, cultural e bióticas; pois tem a capacidade de projetar espaços economicamente sustentável, paisagem, ecológicas para promover a qualidade de vida das pessoas.

TIPOS

PRAÇA SECA

Para Robba & Macedo (2002) a praça seca é um espaço aberto para circulação sem árvores. Onde o mais importante é a relação entre o vazio e os volumes construídos.

PRAÇA JARDIM

De acordo Robba & Macedo (2002) as praças jardins são espaços destinados a observação da vegetação. E as prioridades são a aproximação com a natureza e a circulação.

TIPO ESCOLHIDO

PRAÇA

Segundo Alex (2011) a praça culturalmente é um espaço público, destinado a todas as pessoas; sejam eles moradores, visitantes para interagirem livremente independente das condições sociais. Todas as características da praça, localização, permeabilidade e a atmosfera convidativa aumentam a definição de espaço público.

3.2 METODOLOGIA

3.2.1 Pesquisa Qualitativa

Este trabalho será conduzido pela metodologia de pesquisa qualitativa, tendo em vista que de acordo com Monteiro (2016) o pesquisador deve levar em consideração as preferências, os valores, interesses e princípios conduzindo para uma reflexão do seu trabalho, do seu tempo e a sociedade em que vive.

Para atender a população da melhor forma todas as informações foram analisadas e estudadas para que a proposta seja composta de todas as necessidades levantadas.

3.2.2 Método Dedutivo

Segundo Prodanov (2013) o método dedutivo consiste em analisar de uma forma geral, e posteriormente um método particular, tendo como base teorias verdadeiras, baseadas na lógica em um raciocínio decrescente.

Com o objetivo de utilizar melhor as informações obtidas na pesquisa o método obtido foi o “dedutivo”. Todas as informações coletadas, referências arquitetônicas e histórico nos direcionará para o desenvolvimento do projeto.

3.2.3 Estudo de Caso

Prodanov (2013) diz que o estudo de caso deve ser usado quando o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos, pois o foco se encontra em fenômenos da vida real. Utiliza-se a estratégia de questões do tipo “como” e “por que”, para chegar a uma conclusão.

O estudo de caso será usado pois o projeto a ser desenvolvido levará em consideração as necessidades da população que serão definidas por meio de pesquisa de opinião, as limitações econômicas e as limitações do terreno.

3.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES / REFERENCIAL ARQUITETÔNICO

O quadro a seguir mostra um estudo de programa de necessidades realizado com o referencial teórico

Quadro 6: resumo programa de necessidades.

Ambientes		Internacionais		Nacionais	
		Hefei Wantou & Vanke Paradise Art Wonderland Fase 1 China	Praça Fonte Nova Portugal	Praça Victor Civita São Paulo	Parque Madureira Rio de Janeiro
Setor Esportivo	Quadra Esportiva				x
	Vestiário				x
Setor Educacional	Estufa			x	
	Área de Apoio			x	
	Horta			x	
Setor de Lazer	Área de Circulação	x	x	x	x
	Área de Jardim	x	x	x	x
	Playground	x	x	x	x
	Estacionamento	x	x	x	x

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O quadro a seguir mostra os destaques de pontos principais encontrados na referencias internacionais.

Quadro 7: referencias internacionais.

Hefei Wantou & Vanke Paradise Art Wonderland Fase 1 China	1. Possui atividade para todas as idades. 2. Cria uma experiência colorida, ousada e vibrante. 3. Paisagismo que visa atender a necessidade da comunidade. 4. Dividido em três zonas pragmáticas. 5. Possui espaços para esportes e atividades físicas.
Praça Fonte Nova Portugal	1. Construída em torno de um viaduto. 2. Foi mantido todas as árvores já existentes. 3. Dividida em ilhas criando assim zonas de estadia e lazer. 4. Mobiliário: bancos contínuos pré-fabricados em todos o seu perímetro. 5. Sistema de iluminação em LED, que direciona a luz para o pavimento com uma tonalidade quente e para a copa das árvores com uma tonalidade fria.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O quadro a seguir mostra os destaques de pontos principais encontrados na referencias nacionais.

Quadro 8: referencias nacionais.

Praça Victor Civita São Paulo	1. Redução de entulho. 2. Baixo consumo de energia. 3. Utilização de materiais reciclados, legalizados e certificados. 4. Reuso de água. 5. Aquecimento solar. 6. Manutenção da permeabilidade do solo. 7. Promove contato com a natureza pois possui horta.
Parque Madureira Rio de Janeiro	1. Requalificação urbana. 2. Energia solar, utilização de lâmpadas LED. 3. Possui quadras polivalentes, de futebol, playgrounds, academia da terceira idade, academias ao ar livre, ciclovias e estações de bicicleta, área para prática de bocha e tênis de mesa. 4. Controle de resíduos sólidos. 5. Sistema de reuso de água. 6. Pisos permeáveis.

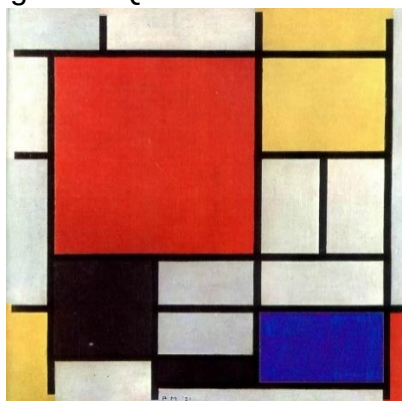
Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

3.4 CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO

3.4.1 Conceito

A inspiração do projeto foi o estilo de arte neoplasticismo criado por Piet Mondrian com todas seu abstracionismo geométrico que será utilizado no projeto nos formatos dos prédios e circulações além das cores e da limpeza dos elementos o intuito e deixar o projeto bem limpo e dividido de acordo com seu setor e criar um espaço usando as cores primarias, o branco e o preto para auxiliar nas divisões da praça proporcionar um lugar de lazer, aconchego, sustentável, com área verde onde as pessoas possam ter contato produtivo com a natureza e onde elas tenham informações sobre conscientização alimentar.

Figura 9: Quadro Piet Mondrian



Fonte: InfoEscola, 2018.

3.4.2 Partido Arquitetônico

O projeto visará propor espaços para realização de esporte (quadra poliesportiva, pista de caminhada e academia ao ar livre) e também espaços de conscientização alimentar e contato produtivo com a natureza (horta) além de atender a todos os públicos com a utilização de os itens de acessibilidade, e ter a sua função principal atendida com o espaço de área verde os jardins tão comuns nas praças.

A acessibilidade e um item fundamental em todos os projetos e precisa ser bem executada para proporcionar conforto para as pessoas que iram utilizar o local.

Propostas:

- Banheiros adaptados
- Nivelamento dos ambientes e calçadas.
- Rampas

A sustentabilidade e um dos principais pontos de relevância do projeto pois a proposta de praça não só visará trazer um espaço de lazer, mas também um contato

com a natureza e conscientização ambiental. Então alguns pontos serão propostos como:

- Captação de água da chuva
- Reuso da água
- Manutenção da permeabilidade do solo

Os materiais e as técnicas construtivas vêm evoluindo e cada vez mais melhorando para nos ajudar nos projetos, sejam em relação a aplicação de forma mais rápida e eficiente ou com menores complicações e desperdícios. Materiais e técnicas propostas.

- Pisos semipermeáveis
- Iluminação em LED

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A percepção que se teve durante a pesquisa voltada para praça, é que são diversos os impactos positivos, pois traz uma área de lazer e benefícios ambientais e alimentares.

Foram estudadas várias obras existentes com referenciais arquitetônicos internacionais e nacionais, sustentabilidades, acessibilidades assim como opiniões de autores sobre as praças.

4.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES PROPOSTO

O quadro a seguir mostra o programa de necessidades proposto para melhor atender as necessidades da população depois de todos os estudos realizados.

Quadro 9: programa de necessidades proposto

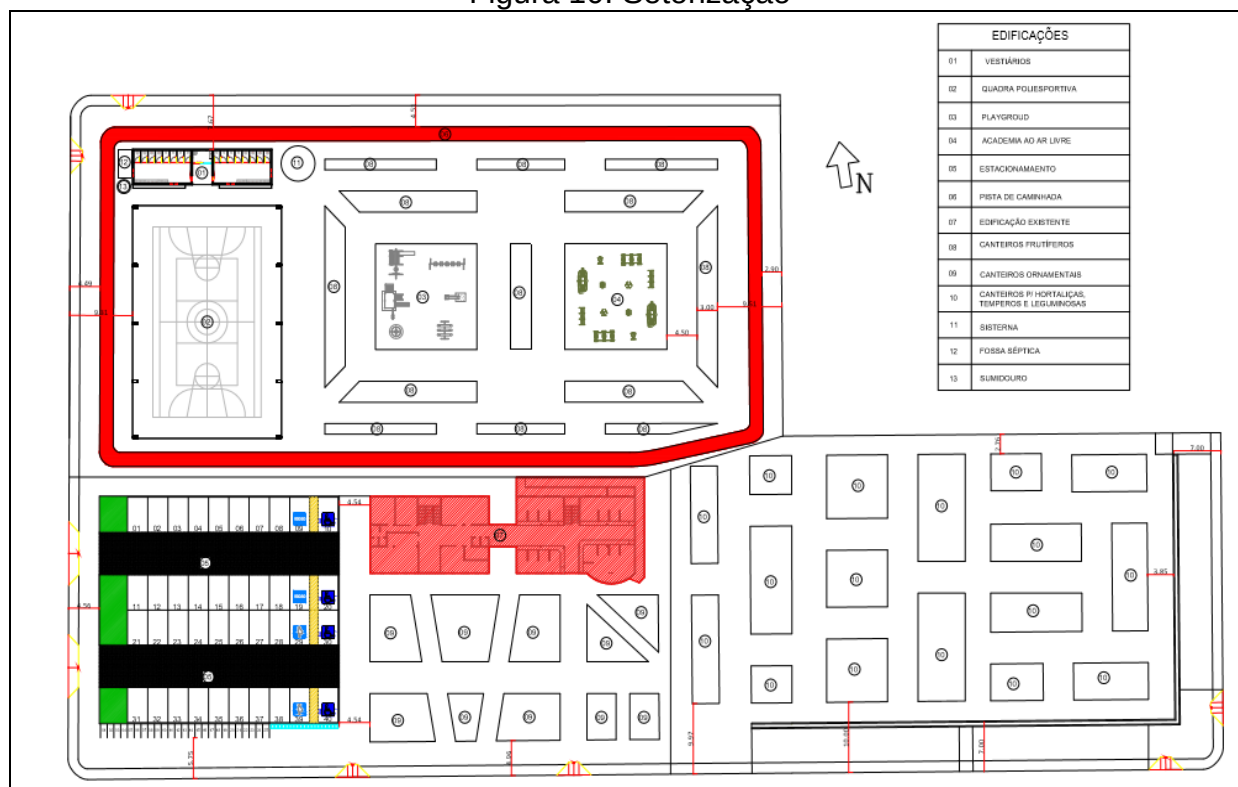
Setores	Ambientes	Quantidades	Área Mínima	Área Setor
Setor Esportivo	Pista de caminhada	1	559,05 M ²	1.605,07 M ²
	Quadra Esportiva	1	723,40 M ²	
	Vestiário	1 contendo feminino e masculino e PDC.	95,87 M ²	
	Academia ao ar livre	1	226,75 M ²	
Setor Educacional	Canteiros frutíferos	1	541,15 M ²	2.172,36 M ²
	Canteiros ornamentais	1	607,53 M ²	
	Canteiros para hortaliças e leguminosas	1	1023,68 M ²	
Setor de Lazer	Área de Circulação	1	7606,33 M ²	9.033,63 M ²
	Playground	1	225,29 M ²	
	Estacionamento	1	1202,01 M ²	
Total		10	12.811,06 M ²	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

4.2 SETORIZAÇÃO

A imagem mostra a distribuição proposta prévia para o projeto, depois de vários estudos.

Figura 10: Setorização



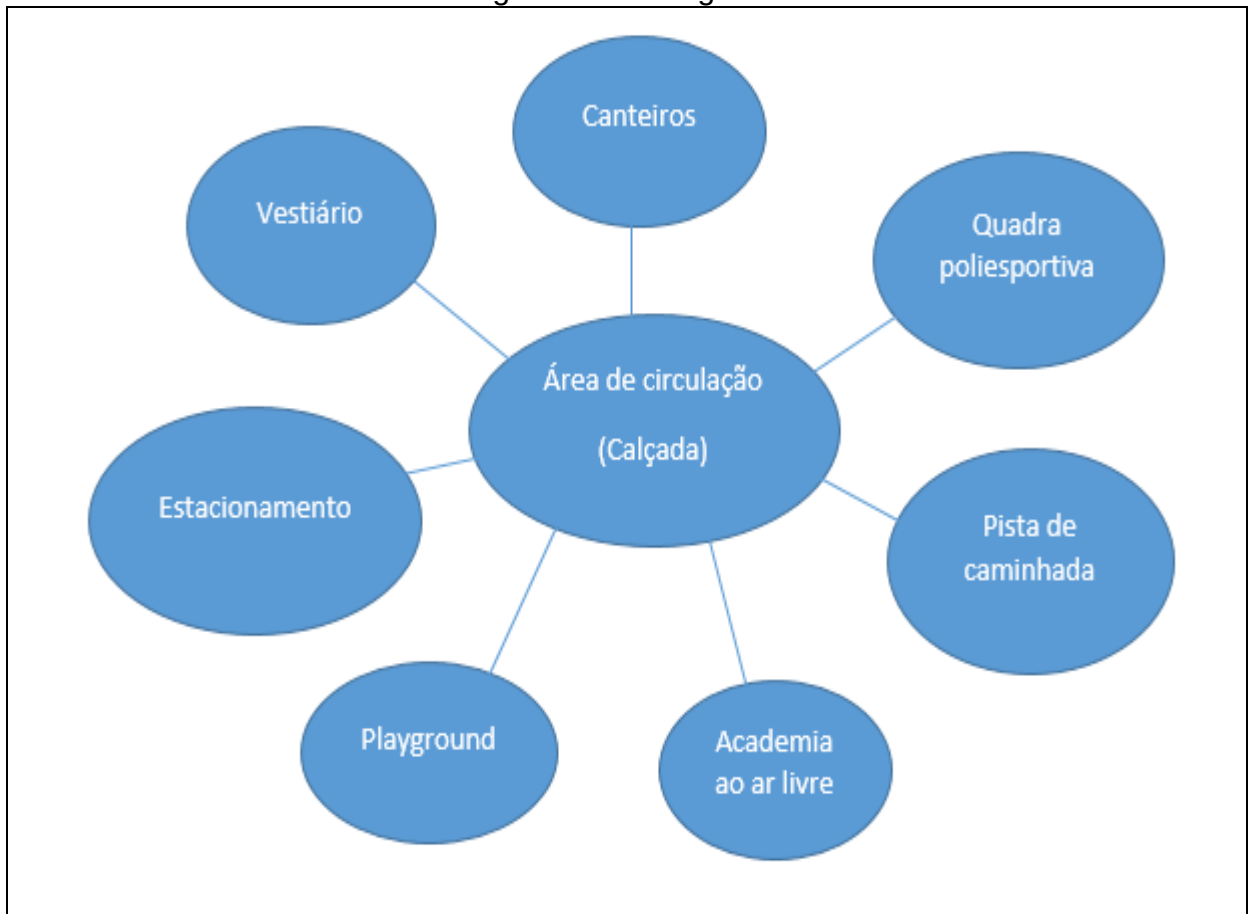
Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

4.3 FLUXOGRAMA

Os setores terão funções diferentes o setor A vai trazer quadra poliesportiva, vestiário, pista de caminhada, academia ao ar livre, playground além dos canteiros frutíferos e bancos, já o setor B possui estacionamento bancos e as áreas de canteiro possui plantas ornamentais para trazer beleza para o local que e também a entrada da edificação existente (prefeitura municipal), já o setor C será voltado para aulas teóricas e práticas sobre o trato com a horta que possui várias espécies com tomate, manjerição, hortelã, cenoura, cebolinha, coentro, entre outros.

A figura a seguir mostra o fluxograma criado para atender as necessidades de organização da circulação.

Figura 11: Fluxograma



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

4.4 ESTUDO DE CASO DE SÍTIO

A área foi escolhida a partir das pesquisas na cidade sobre o melhor lugar para sua implantação com base nisso foi decidido o espaço e todos os estudos sobre o terreno foram realizados e estão demonstrados nas imagens a seguir.

Figura 12: Localização da área de atuação dentro da cidade.



Fonte: elaborado pelo autor, 2019.

Figura 13: Localização da área de atuação dentro do bairro alto alegre.



Fonte: elaborado pelo autor, 2019.

Figura 14: Área de atuação



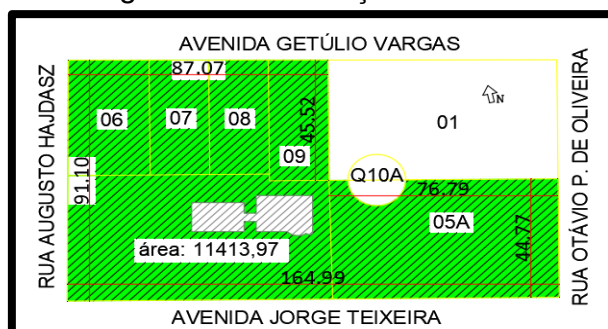
Fonte: elaborado pelo autor, 2019.

Figura 15: Localização e acessos



Fonte: elaborado pelo autor, 2019.

Figura 16: Informações do lote



Fonte: elaborado pelo autor, 2019.

Figura 17: Fotos do terreno



Fonte: elaborado pelo autor, 2019.

4.4.1 Características do Terreno

Declividade: O terreno possui declividade na área 05A, enquanto o resto do terreno é plano.

Ocupação: O terreno possui o prédio da prefeitura municipal que será mantido e beneficiado com um estacionamento para atender os funcionários.

Arborização: O terreno possui algumas árvores, mas elas não serão mantidas pois a área precisa ser repensada e planejada para atender as necessidades dos seus usuários.

Estado do lote: O lote se encontra totalmente aberto. Porém não está limpo corretamente. Tendo algumas sujeiras em geral.

Energia e iluminação pública: O local possui rede elétrica e iluminação pública, mas não são suficientes e adequadas.

Situação das ruas: Todas as ruas em torno do terreno são pavimentadas e estão em bom estado de conservação.

Transporte público: a cidade não possui transporte público.

4.4.2 Índices Urbanísticos

Taxa de ocupação: A área ocupada por edificações será de 6,39%, enquanto o resto do terreno se dividirá em área de calçada para circulação e estacionamento e em área de jardim.

4.4.3 JUSTIFICATIVA

Atualmente a cidade de Urupá está dividida em três setores, uma dessas não possui um espaço de lazer próximo, criando assim a necessidade de se deslocar para longe de suas casas para fazer o uso da praça central do município. Neste local possui uma escola e a creche municipal além de vários moradores com crianças, então os pais reclamam da falta de um espaço onde as crianças possam se divertir perto de casa evitando grandes deslocamentos, outra parte bem grande da população, os jovens, buscam um lugar onde possam se reunir para seus encontros nos fins de semana evitando o mesmo problema.

4.5 VOLUMETRIA

Com base nas pesquisas realizadas chegou-se na volumetria exposta na imagem abaixo.

Figura 18: Volumetria



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Figura 19: Volumetria



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Figura 20: Volumetria



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

5 CONCLUSÃO

Foi proposto projeto de praça utilitária em Urupá que atendeu às necessidades que foram levantadas durante as pesquisas realizadas além de seguir a legislação que foi levantada e todos os estudos do lote e da cidade com as capacidades e necessidades tanto do bairro como do município.

Entende-se que o projeto da praça utilitária traz vários benefícios que atende a população proporcionando uma nova área de lazer além de novas tecnologias que foram usadas na elaboração do projeto como captação e reuso da água da chuva, pisos semipermeáveis e iluminação de LED. E espaço para se aprender mais sobre alimentação saudável e ter um contato com a produção de alimentos.

REFERÊNCIAS

ALEX, SUN. **Projeto da praça: CONVÍVIO E EXCLUSÃO NO ESPAÇO PÚBLICO**. 2 eds. SÃO PAULO: Senac, 2011. 291 p.

ARCHDAILY **Hefei Wantou & Vanke Paradise Art Wonderland Fase 1**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/892089/hefei-wantou-and-vanke-paradise-art-wonderland-fase-1-aspect-studios/5aa69167f197cc7407000097-hefei-wantou-and-vanke-paradise-art-wonderland-fase-1-aspect-studios-foto>> acesso em: 24 ago. 2019.

_____. **Praça Fonte Nova**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/891211/praca-fonte-nova-jose-adriao-arquitetos>> acesso em: 24 ago. 2019.

_____. **Praça Victor Civita**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>> acesso em: 24 ago. 2019.

_____. **Parque Madureira**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/789177/parque-madureira-ruy-rezende-arquitetos/5759cb2be58ece295a000004-parque-madureira-ruy-rezende-arquitetos-foto>> acesso em: 24 ago. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050:2015 - Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência e edificação, espaço mobiliário e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro; ABNT, 2015. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BOULLÓN, Roberto C. BAPTISTA, Josely Vianna. (trad.) **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRASIL, **Lei n 6.766 de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766compilado.htm>. Acesso em 20 ago. 2019

CALDEIRA, Junia Marques. **A Praça Brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade.** / Junia Marques Caldeira. - Campinas, SP, 2007.

Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/trabalhos/OCR_CALDEIRA.pdf>.

Acesso em: 13 ago. 2019

ECKER, Vivian Dall' Igna. **A praça como locus da sociedade: estudo de caso da Praça da Cidadania, no campus da UFS** / Vivian Dall'Igna Ecker; orientador, Nelson Popini VAZ; coorientadora, Adriana Marques ROSSETTO. – Florianópolis, SC, 2016.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **De largo a jardim: praças públicas no Brasil – algumas aproximações.** Estudos Geográficos, Rio Claro, SP, v. 5, n. 1, p. 101-120, 2007.

GOUVÊA, Laura Vieira de. **A praça contemporânea carioca: uma análise ergonômica do ambiente construído da Praça Edmundo Bittencourt: informação técnica** / Laura Vieira de Gouvêa; orientadora: Cláudia Mont'Alvão – Rio de Janeiro, RJ, 2013. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23924/23924.PDF>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

MONTEIRO, Regina Clare. Pesquisa qualitativa como opção metodológica. **Pro-Posições**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 27-35, mar. 2016. ISSN 1982-6248. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644453/11876>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

MACEDO, S. S.; ROBBA, F. **Praças Brasileiras.** São Paulo: EDUSP, 2002.

OLEQUES, Liane Carvalho. **Neoplasticismo.** Disponível em: <https://www.infoescola.com/movimentos-artisticos/neoplasticismo/>. Acesso em: 05 nov. 2019

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição.** Editora Feevale, 2013, Acesso em: 25 ago. 2019.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio S. **Praças brasileiras: public squares in Brazil.** 3. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

RONDÔNIA. **Lei nº 3.924, de 17 de outubro de 2016.** Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cbm.ro.gov.br/index.php/transparencia/noticias/98-leis-decreto-einstrucoes-tecnicas>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

_____. **Constituição do estado de Rondônia.** Os Deputados Constituintes do Estado de Rondônia, afirmando o propósito de assegurar os princípios de liberdade e justiça, de favorecer o progresso sócio-econômico e cultural, estabelecer o exercício dos direitos sociais e individuais, o império da lei, com fundamento nas tradições nacionais, estimulando os ideais de liberdade, de segurança, bem-estar, igualdade e fraternidade, como valores supremos de uma sociedade pluralista e sem preconceitos, promulgam, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKewja2r6yy5rkAhXPGLkGHcXpDoIQFjAAegQIARAC&url=https%3A%2F%2Fwww2.senado.leg.br%2Fbdsf%2Fbitstream%2Fhandle%2Ffid%2F70438%2FCE_Rondonia.pdf%3Fsequence%3D14&usg=AOvVaw3_nyoKdpjcWndcByHhufZa>. Acesso em 24 ago. 2019.

TEIXEIRA, Manuel C. Teixeira. (2001) **A Praça na Cidade Portuguesa, Colóquio Portugal-Brasil**, Livros Horizonte, Lisboa.252p.il.

TELLES, G. R. (2017). **Universidade de Évora**. Obtido de <http://www.ensino.uevora.pt/ap/> Acesso em: 28 set. 2019.

URUPÁ. **Lei 029 de 02 de março de 1994**. Dispõe o código de obras do município de Urupá/Rondônia. Disponível em: <<http://www.urupa.ro.gov.br/>> acesso em: 19 ago. 2019

VIEIRO, V. C e FILHO, L. C. B. **Praças públicas: Origem, Conceitos e funções 2009**. Disponível em:<https://www.academia.edu/15176779/PRA%C3%87AS_P%C3%9ABLICAS_ORIGEM_CONCEITOS_E_FUN%C3%87%C3%95ES>. Acesso em 19 out. 2019

APÊNDICE A: VIABILIDADE DO PROJETO DE PESQUISA – VPP

APÊNDICE A: VIABILIDADE DO PROJETO DE PESQUISA – VPP

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS DE JI-PARANÁ – CUSL/JI-PARANÁ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ATELIER I E TCC I – PROJETO DE PESQUISA
VIABILIZAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA-VPP

1.TEMA

ARQUITETURA PAISAGISTA
Praça Pública Utilitária e de Lazer em Urupá-RO

2.OBJETIVOS

2.1.Problematização

O que pode ser feito para atender a necessidade de lazer, contato produtivo com a natureza e proporcionar uma aprendizagem alimentar e ambiental no município de Urupá-RO?

2.2.Delimitação

Praça Pública Utilitária e de Lazer em Urupá-RO. Onde a população possa ter um contato produtivo com a natureza e um espaço de lazer.

2.3.Objetivo Geral

Propor projeto de uma praça pública utilitária e de lazer em Urupá-RO, para proporcionar uma nova área de convivência onde as crianças e população em geral possa participar e interagir em sua composição.

2.4.Objetivos Específicos

Propor playground, para o divertimento das crianças.
Aplicar soluções sustentáveis, como o reuso de água e a captação de água da chuva.
Produzir projeto paisagístico com a participação da população, criando uma harmonia com o ambiente
Propor espaços com estímulo ao esporte como espaços para exercícios físicos
Produzir uma área recreativa e de ensino no espaço público.

3.JUSTIFICATIVA

Atualmente a cidade de Urupá está dividida em três áreas, uma dessas não possui um espaço de lazer próximo, criando assim a necessidade de se deslocar para longe de suas casas para fazer o uso da praça central do município. Neste local possui uma escola e a creche municipal além de vários moradores com crianças, então os pais reclamam da falta de um espaço onde as crianças possam se divertir perto de casa evitando grandes deslocamentos, outra parte bem grande da população, os jovens, buscam um lugar onde possam se reunir para seus encontros nos fins de semana evitando o mesmo problema.

Hoje a população brasileira e mundial passa por diversos problemas com distúrbios alimentares (de anorexia há problemas de obesidade), então nada melhor que atender as necessidades dos moradores de urupá e ainda propor um espaço que sirva para conscientizar a população sobre alimentação saudável abrindo espaço para todos participarem da escolha e plantio da vegetação da praça.

4. TEORIA DE BASE

4.1 Histórico e Evolução

4.1.1 Internacional

“A diversidade das praças, no que respeita às suas origens, às funções, às suas formas e às suas relações com outros componentes dos traçados urbanos, bem como os seus diferentes processos de crescimento e estruturação (...) (TEIXEIRA, 2001, p.9)”

Segundo Morris (1992 *apud* SILVA PINTO, 2003) nas cidades medievais a praça da igreja é onde as pessoas se encontram depois da missa, áreas de ar livre onde os visitantes de outras cidades deixam seus cavalos, já as praças do mercado são áreas destinadas ao comércio de forma irregular pois ocupam o espaço aberto já existente.

Depois começa a ganhar o seu espaço e novas formas de acordo com seu período para Lamas (1989 *apud* SILVA PINTO, 2003) a funcionalidade da praça renascentista é definida pelos edifícios que ali existem por se tratar de praças cívicas.

Continuando sua evolução Lamas (1989 *apud* SILVA PINTO, 2003) explica que a praça do período Barroco precisa, assim como o traçado, conversar com os edifícios para produzir um efeito, cênico e monumental.

No século XVIII, a praça regular, de forma quadrada ou retangular, centrada na malha urbana, torna-se o modelo dominante, correspondente ao culminar do processo de crescente racionalidade e regularidade dos traçados urbanos portugueses, em que a praça construída de acordo com uma estrutura geométrica regular, adquire cada vez mais um papel estruturante e se torna um elemento fundamental de qualquer novo traçado urbano. (TEIXEIRA, 2001, p.15)

4.1.2 Nacional

Segundo Caldeira (2007) os autos de fundação e as cartas régias descreviam normas para urbanização que incluíam praças, ruas, e os formatos das quadras e etc.

E desta sorte ficou fixada a praça com figura quadrangular, e se seguindo o rumo no nor-nordeste que é o que faz face pela parte do rio e chegando ao meio dele com cinquenta e duas braças e meia se botou o rumo de lé-sudeste a buscar o meio da praça demarcada com vinte e nove braças e uma quarta onde se assinou o lugar do pelourinho, etc. (SANTOS 2001).

Em outras culturas também surgia suas praças de acordo com Caldeira (2007) as aldeias indígenas possuem um pátio central ou praça, para realizar cerimônias e rituais e também fazer a divisão hierárquica dos seus espaços de convivência.

Para Caldeira (2007) as praças brasileiras se dividem em cívico, religioso e comercial e aparecem como locais de articulação urbanística e arquitetônica.

Naqueles tempos o traçado das ruas de uma vila atendia a algumas referências fundamentais. Em primeiro lugar era preciso manter desimpedidos os caminhos de acesso à povoação. Conhecendo os caminhos, poderíamos observar que tinham continuidade para dentro dos muros, em direção à praça central (REIS FILHO, 2004: p.19).

4.2 Opiniões de autores

4.2.1 Internacional

Segundo Sitte (1992) o valor das praças era restrito à sua funcionalidade onde realizavam festas públicas e cerimônias oficiais.

Para Boullón (2002) a praça é um espaço turístico, lugar de diversos estratos sociais e de articulações que contempla o lazer.

“A praça pretende ser um centro de atividades no coração de uma área urbana intensiva (...) contém características que pretendem atrair grupos de pessoas e facilitar encontros: fontes, bancos, abrigos e outras coisas semelhantes. (LYNCH, 2007, p. 413)”

Para Boullón (2002) a praça é um espaço relativamente pequeno para toda cidade mais importantíssima para o seu turismo.

Segundo Vaz (2002 *apud* ECKER, 2016) a praça tem vocação de espaço urbano referencial, e se constitui de cenas de encontro e realização de atividades sendo assim ponto nodal da cidade.

4.2.2 Nacional

“Como nos dizem Camilo Sitte e João do Rio, nas praças e ruas das cidades, corre o sangue que parece fazer desses espaços algo literalmente vivo, que luta pela própria sobrevivência.” (COLCHETE FILHO, 2008, pg. 41).

Para Kaz (2006 *apud* GOUVÊA, 2013) as praças se tornam “terra de ninguém” quando acontece cotidiano social em seu interior.

“A praça é o lugar de todos, é o ponto de encontro onde a espontaneidade deve prevalecer. O distanciamento da comunidade acarretará o definitivo esvaziamento desses espaços, deixando de ser o lugar da gratuidade, espontaneidade e sociabilidade. (GOMES, 2007, p. 107).”

“Nos últimos tempos, as praças públicas perderam, principalmente nos grandes centros urbanos, a atratividade exercida para a população, tendo em vista a disseminação de novos padrões de consumo e lazer representados, sobretudo, pelos shopping centers, pela televisão e, mais recentemente pela internet (GOMES, 2007, p. 107).”

Para Robba & Macedo (2010) as praças se limitam a áreas livres de veículos e sem edificações com intuito de proporcionar o convívio da população.

“À praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas (LAMAS *apud* DE ANGELIS, 2000, p.2) ”.

4.3. Legislação

4.3.1. Municipal

Figura 1: Quadro Código de Obras do município de Urupá/Rondônia (URUPÁ, 1994)

Lei 029/1994	nº	Art. 3	Os edifícios públicos de acordo com a emenda constitucional N° 12, de 17.10.1978, deverão possuir condições técnicas construtivas que assegurem aos deficientes físicos pleno acesso e circulação nas suas dependências
Lei 029/1994	nº	Art. 5	Os projetos deverão estar de acordo com esta Lei e a Legislação vigente sobre loteamento e parcelamento do solo.
Lei 029/1994	nº	Art. 66	Além das demais disposições deste código que lhes forem aplicáveis, os edifícios públicos deverão obedecer, ainda, as seguintes condições mínimas para cumprir o previsto no artigo 3º presente Lei: I – Rampas de acesso ao prédio deverão ter declividade máxima de 8% (oito por cento), possuir piso antiderrapante e corrimão na altura de 0,75 m (setenta e cinco centímetros); II – Na impossibilidade de construção de rampas, a portaria deverá ser no mesmo nível da calçada; III – todas as portas deverão ter largura mínima de 0,80 m (oitenta centímetros); IV – Os corredores deverão ter largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) será de 0,80 m (oitenta centímetros).
Lei 029/1994	nº	Art. 67	Em, pelo menos, um gabinete sanitário de cada banheiro e masculino e feminino, deverão ser obedecidas as seguintes condições: I – Dimensões mínimas de 1,40 m x 1,85 m (um metro e quarenta por um metro e oitenta e cinco centímetros); II – O eixo do uso sanitário deverá ficar a uma distância de 0,45 m quarenta e cinco centímetros de uma das paredes laterais; III – as portas não poderão abrir para dentro dos gabinetes sanitários e terão no mínimo 0,80 m (oitenta centímetros) de largura; IV – A parede lateral e a mais próxima ao vaso sanitário, bem como o lado interno da porta deverão ser datadas de alça de apoio, a uma altura de 0,80 m (oitenta centímetros); V – Os demais equipamentos não poderão ficar a alturas superiores a 1,00 (um metro).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Figura 2: Quadro Regulamentação do solo urbano dos setores 01 a 04 (URUPÁ, 2010)

Lei N°409/2010	Art. 4	A ocupação e o uso do solo na Zona Urbana de Urupá ficam estabelecidos pela definição e delimitação das seguintes zonas, considerando-se a disponibilidade de infraestrutura e a capacidade de adensamento e o grau de incômodo e poluição ao ambiente urbano:
----------------	--------	--

		IV - Zona de Uso Predominantemente Público - corresponde às áreas destinadas exclusivamente para edificações de prédios públicos, praças e áreas verdes.
--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

4.3.2. Estadual

Figura 3: Quadro Corpo de Bombeiros – Lei nº 3924 - (RONDÔNIA, 2016)

Lei nº 3924	Artigo.3	Proteger a vida dos ocupantes das áreas de risco, e evitar perdas de vidas;
Lei nº 3924	Artigo.8	O responsável técnico pela edificação deverá adequar o seu projeto arquitetônico as exigências e necessidades de combate e segurança ao incêndio.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Figura 4: Quadro CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Art. 224.	São indisponíveis as terras devolutas e as que vierem a ser arrecadadas pelo Estado, necessárias às atividades de recreação pública e à instituição de parques e demais unidades de conservação, para proteção dos ecossistemas naturais, arrecadadas em ações discriminatórias.
Art. 225.	O Poder Público criará mecanismo de fomento ao reflorestamento com a finalidade de suprir a demanda de produtos lenhosos e minimizar o impacto da exploração dos adensamentos vegetais nativos. § 1º. O Estado manterá o inventário e o mapeamento das coberturas vegetais nativas, visando à adoção de medidas especiais de proteção. § 2º. As atividades que utilizam produtos florestais, como combustíveis ou matéria prima, deverão comprovar, para fins de licenciamento ambiental, que possuem disponibilidade daqueles insumos capazes de assegurar, técnica e legalmente, o respectivo suprimento.
Art. 229.	O Poder Público criará o Conselho Estadual de Política Ambiental, cujas atribuições, organização e forma de funcionamento serão definidas em lei.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

4.3.3. Federal

Figura 5: Quadro Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. (BRASIL, 1979)

Lei N°6766	Art. 4	Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos: I - As áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem. (Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999) IV - as vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local. § 2º - Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.
Lei N°6766	Art. 6	Antes da elaboração do projeto de loteamento, o interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal quando for o caso, que defina as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário, apresentando, para este fim, requerimento e planta do imóvel contendo, pelo menos: IV - A indicação dos arruamentos contíguos a todo o perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada;

Lei N°6766	Art. 7	A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, indicará, nas plantas apresentadas junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes de planejamento estadual e municipal: III - a localização aproximada dos terrenos destinados a equipamento urbano e comunitário e das áreas livres de uso público;
------------	--------	---

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Figura 6: Quadro lei sobre símbolo de acesso (BRASIL, 1985)

Lei N° 7.405	Art. 1	É obrigatória a colocação, de forma visível, do “Símbolo Internacional de Acesso”, em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso.
Lei N° 7.405	Art. 5	O “Símbolo Internacional de Acesso” deverá ser colocado, obrigatoriamente, em local visível ao público, não sendo permitida nenhuma modificação ou adição ao desenho reproduzido no anexo a esta Lei.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

4.3.4. Normas Técnicas

Figura 7: Quadro NBR 9050/2015: dispõe sobre acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2015).

10.13 Parques, praças e locais turísticos
10.13.1 Parques, praças e locais turísticos que possuam pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados devem ser dotados de rotas acessíveis.
10.13.2. Nos locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente.
10.13.3 O piso das rotas acessíveis deve atender às especificações contidas em 6.3.
10.13.4 Pelo menos 5 %, com no mínimo uma, do total das mesas destinadas a jogos ou refeições devem atender ao descrito em 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade.
10.13.5. Quando se tratar de áreas tombadas, deve-se atender ao descrito em 10.1 e 10.2.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

4.4.REFERÊNCIAS DE OBRAS DE ARQUITETURA

4.4.1. Internacional

4.4.1.1. Praça em Baracaldo

Arquitetos: Linazasoro Arquitectura

Localização: Barakaldo, Bizkaia, Espanha

Arquiteto Responsável: José Ignacio Linazasoro

Colaboradores: Hugo Sebastián de Erice Navarrete, Ricardo Sánchez González

Cliente: Município de Baracaldo

Área Construída: 4500.0 m²

Ano Projeto: 2008

O espaço é organizado em dois níveis, com uma leve diferença de 45 cm entre eles. A superfície se abre como uma greta no solo ajardinado, manifestando a existência de um estrato ao fundo e provocando uma tensão entre este vazio e os "cheios" circundantes. (ARCHDAILY, 2013)

Figura 8: Implantação



Fonte: ArchDaily, 2013.

Figura 9: Vista do projeto



Fonte: ArchDaily, 2013.

4.4.1.2. Hefei Wantou & Vanke Paradise Art Wonderland Fase 1

Arquitetos: ASPECT Studios

Localização: Heifei, Anhui, China

Área: 15.100 m²

Ano do projeto: 2017

O projeto reflete elementos da comunidade local e da cultura, com a flor da cidade –a romã – sendo uma forte inspiração para a concepção do espaço social da comunidade, definindo a forma, a cor e a composição para criar uma experiência colorida, ousada e vibrante. Juntamente com um programa dinâmico de paisagismo que visa atender às necessidades da comunidade e sua população, incentiva-se a interação, a conexão e a comunicação (ARCHDAILY, 2018).

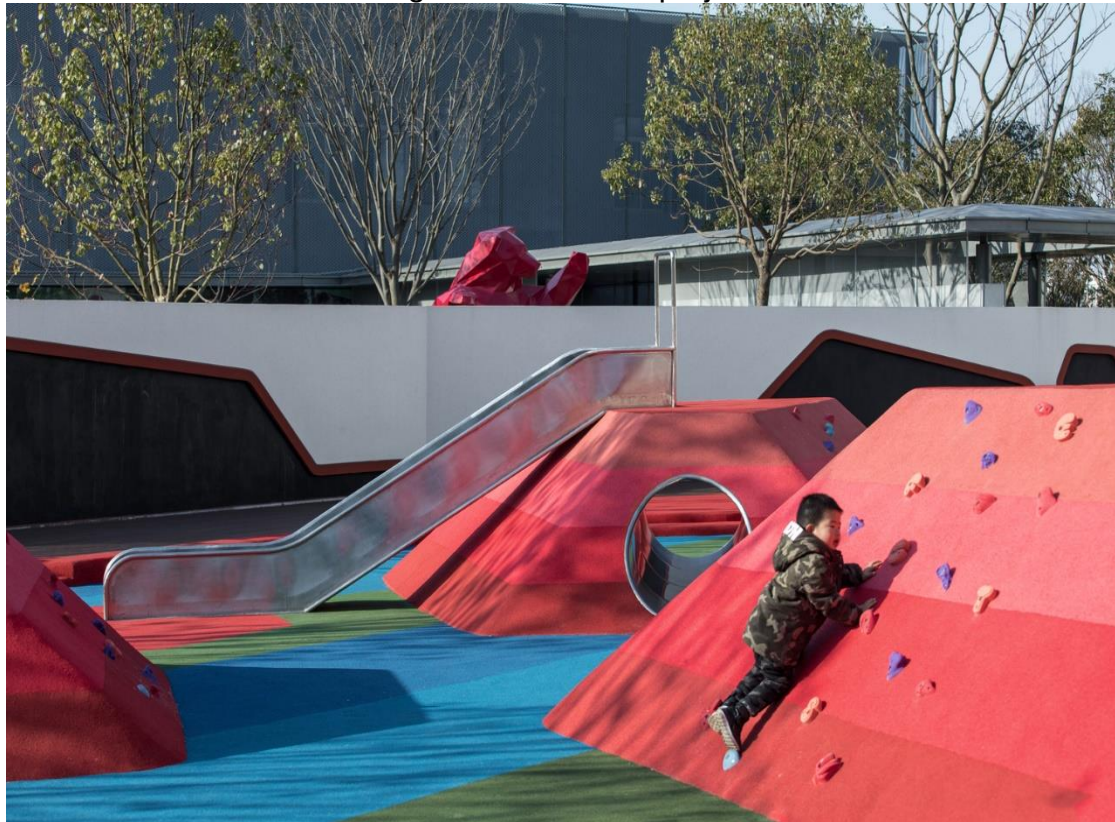
A fase inicial consiste em três zonas programáticas principais, um parque urbano de bolso, um parque infantil e um parque comunitário, dentro de cada área, criando experiências diversas em locais onde crianças, adultos e idosos podem se encontrar para se divertirem e celebrarem a diversidade dos estilos de vida com a vibração e a energia de um ambiente urbano (ARCHDAILY, 2018).

Figura 10: Implantação



Fonte: ArchDaily, 2018.

Figura 11: Vista do projeto



Fonte: ArchDaily, 2018.

Figura 12: Vista do projeto



Fonte: ArchDaily, 2018.

4.4.1.3. Praça Fonte Nova

Arquitetos: José Adrião Arquitetos

Localização: Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo, 1500-501 Lisboa, Portugal

Arquiteto Responsável: José Adrião

Chefe de Projeto: João Albuquerque Matos

Equipe: Ana Grácio, Ana Santos, Carla Gonçalves, Carolina Calmon, Gonçalo Ponces, Margarida Farinha, Ricardo Aboim Inglez, Tiago Mota, Tomás Forjaz

Área: 35000.0 m²

Ano do projeto: 2017

(...) A construção da praça tira partido do coberto arbóreo existente de Tipuanas-tipu, conservando, mantendo e dignificando todos os exemplares e plantando novos, de modo a produzir um ambiente qualificado pelas sombras das árvores. Todo o pavimento da praça é em betão. No seu interior criam-se zonas de estadia e lazer em pontos específicos através de "ilhas" que pontuam o espaço. Estas "ilhas" contêm programas de carácter específico que apoiam as áreas de estadia: quiosques com esplanadas, uma fonte, um parque infantil e um parque canino e jardins. As "ilhas" são delimitadas por bancos contínuos em todo o seu perímetro (ARCHDAILY, 2018).

Figura 13: Implantação



Fonte: ArchDaily, 2018.

Figura 14: Vista do projeto



Fonte: ArchDaily, 2018.

Figura 15: Vista do projeto



Fonte: ArchDaily, 2018.

4.4.2. Nacional

4.4.2.1. Praça Victor Civita

Arquitetos: Levisky Arquitetos Associados e Anna Julia Dietzsch

Ano: 2007

Tipo de projeto: Urbanismo

Características Especiais: Sustentável

Localização: São Paulo, SP, Brasil

Um grande deck de madeira certificada pousa sobre o terreno, sustentado por estrutura metálica, de modo a impedir o contato com o solo contaminado. O deck se estende na diagonal do terreno, propondo um percurso que enfatiza a perspectiva natural do espaço e convida o usuário a percorrer os caminhos da Praça. Como o casco de um grande barco, o deck se desdobra do plano horizontal ao vertical com formas curvilíneas, criando ambientes que se delimitam pela tridimensionalidade da forma, grandes “salas urbanas” que diversificam e incentivam o uso público do espaço (ARCHDAILY, 2011).

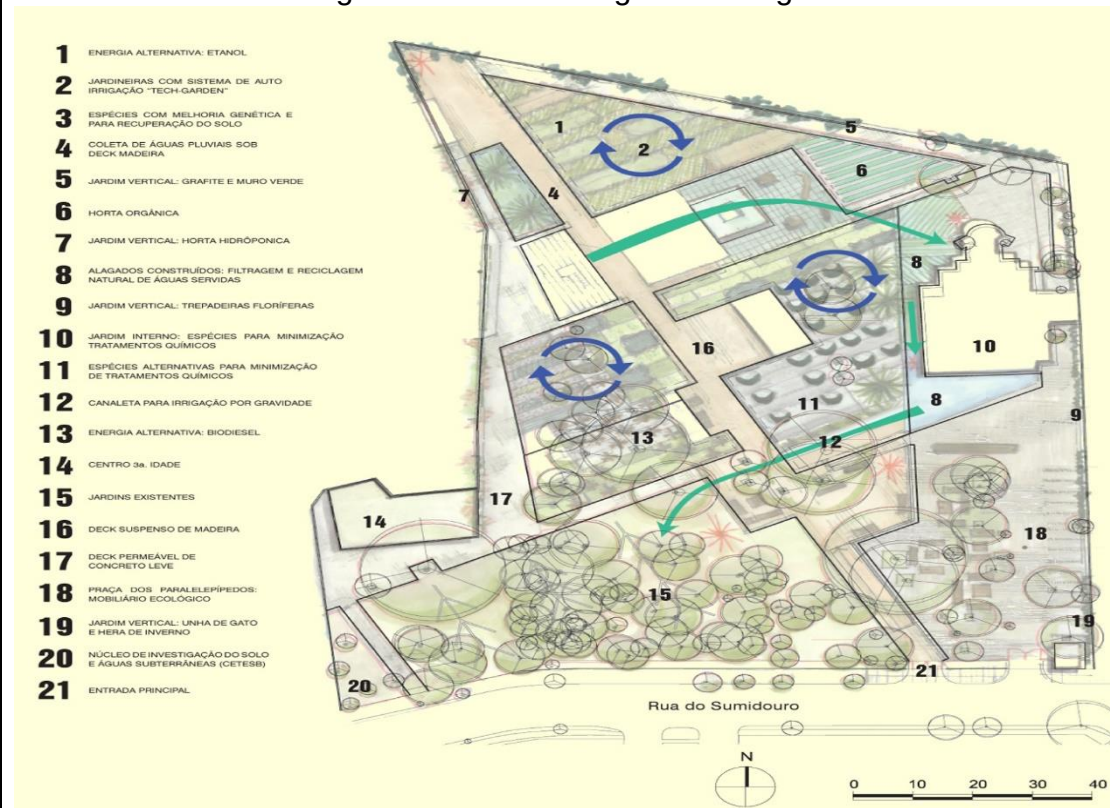
Este deck, suspenso a aproximadamente 1,00 m do nível do piso existente, leva o usuário a um passeio pelo conhecimento de processos ligados à sustentabilidade, como a certificação da madeira, laboratório de plantas com espécies em pesquisa para produção de biocombustíveis, hidroponia, renovação de solos, fitoterapia e engenharia genética (ARCHDAILY, 2011).

Figura 16: Implantação



Fonte: ArchDaily, 2011.

Figura 17: Planta: diagrama de águas



Fonte: ArchDaily, 2011.

Figura 18: vista do projeto



Fonte: ArchDaily, 2011.

4.4.2.2. Parque Madureira

Arquitetos: Ruy Rezende Arquitetos

Localização: Parque Madureira - R. Parque Madureira, S/N - Madureira, Rio de Janeiro - RJ, 21351-140, Brasil

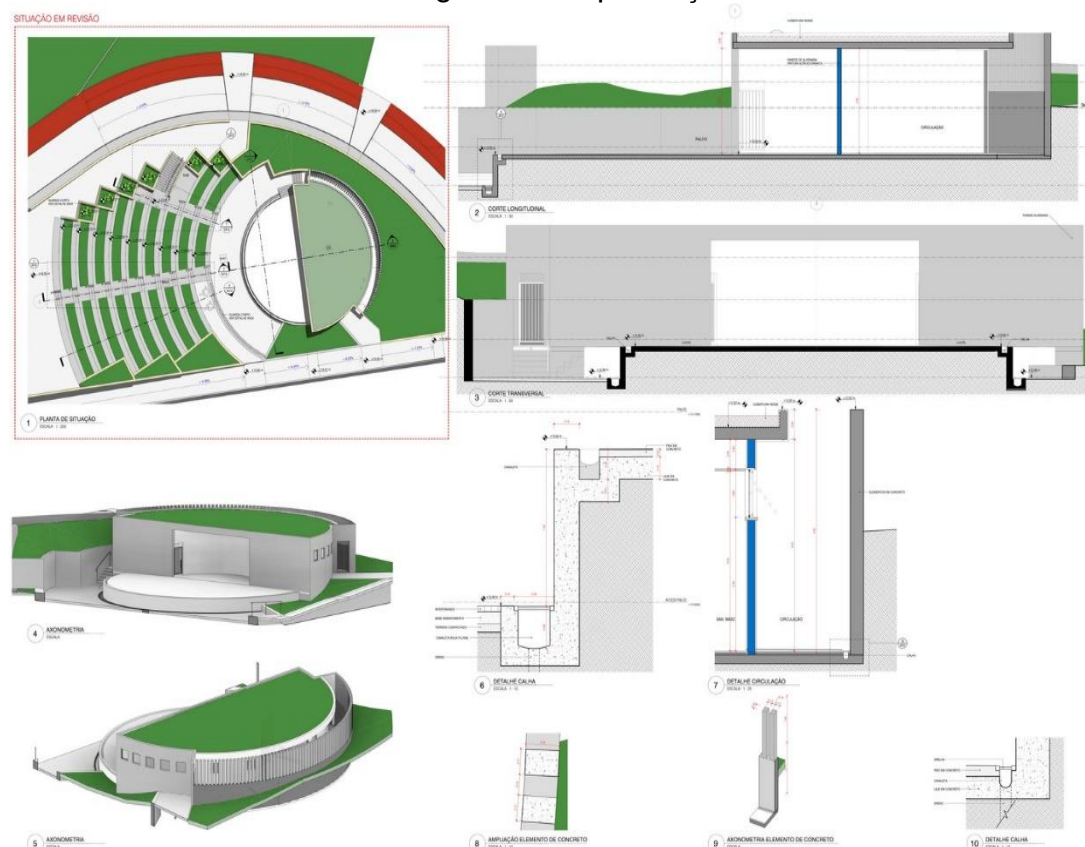
Autor Cultural: Mauro Bonelli / Tia Surica

Ano do projeto: 2016

A rra (Ruy Rezende Arquitetos) desenvolveu o projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo do parque. O principal desafio foi a elaboração de um projeto, baseado em um programa de educação sócio-ambiental, desenvolvido pela Prefeitura, e que contou com a participação fundamental da sociedade, resultando na criação um equipamento público sustentável, aliando requalificação urbana, valorização da comunidade, recuperação ambiental e gestão de recursos. A rapidez na apropriação do parque pela comunidade reflete o sucesso desta cooperação (ARCHDAILY, 2016).

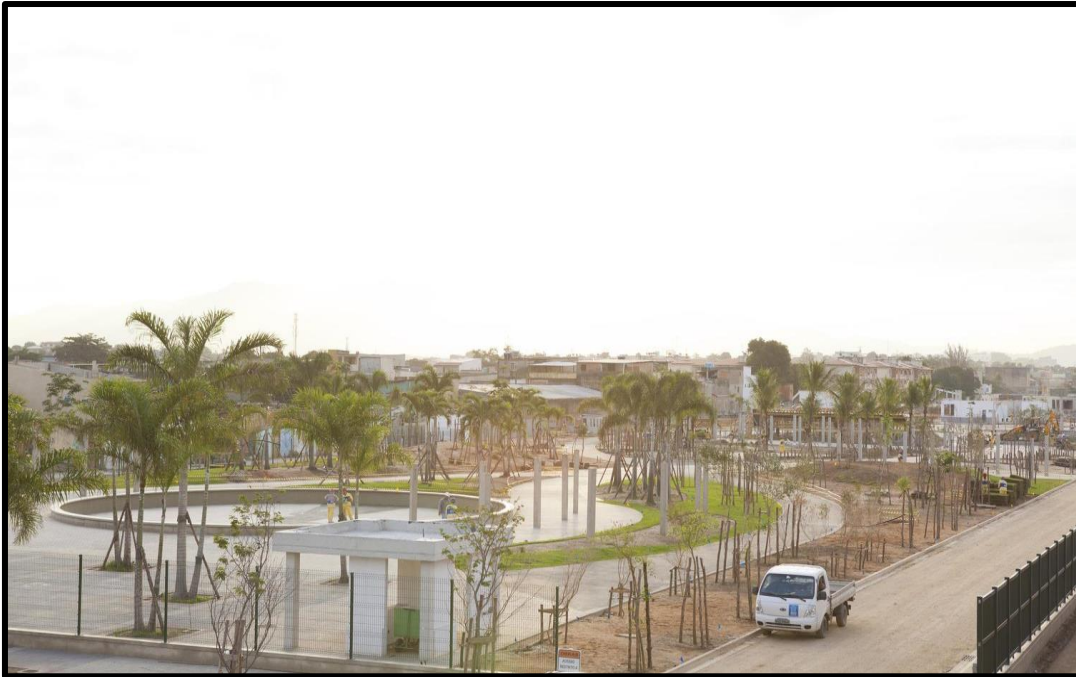
Com milhares de visitas (20-25.000) durante os fins de semana o parque tornou-se o coração verde da região, seu espaço abriga quadras polivalentes, de futebol, playgrounds, academia da terceira idade, academias ao ar livre, ciclovias e estações de bicicleta, área para prática de bocha e tênis de mesa. Destaque para a Praça do Samba, um dos maiores palcos a céu aberto da cidade, o Centro de Educação Ambiental, criado com o objetivo de disseminar conceitos de sustentabilidade, a Praia de Madureira e o Skate Park, considerado um dos mais completos da América Latina (ARCHDAILY, 2016).

Figura 19: Implantação



Fonte: ArchDaily, 2016.

Figura 20: vista do projeto



Fonte: ArchDaily, 2016.

4.4.2.3. **Praça Infantil Iguatemi**

Arquitetos: StudioMK27 - Marcio Kogan + Eduardo Gurian + Marcio Tanaka

Localização: São Paulo, Brasil

Autor: Marcio Kogan

Co-autores: Eduardo Gurian, Marcio Tanaka

Equipe de Projeto: Carlos Costa, Laura Guedes, Mariana Simas

Equipe do Studio: Beatriz Meyer, Carolina Castroviejo, Diana Radomysler, Eduardo Chalabi, Eduardo Glycerio, Elisa Friedmann, Gabriel Kogan, Lair Reis, Luciana Antunes, Marcio Tanaka, Maria Cristina Motta, Mariana Ruzante, Mariana Simas, Oswaldo Pessano, Renata Furlanetto, Samanta Cafardo, Suzana Glogowski

Área: 900.0 m²

Ano do projeto: 2012

A parede circular em madeira de 11,50 m de raio e 2,50 m de altura define a organização da praça. Todo os percursos convergem para esse centro, formulando uma imagem similar à distribuição espacial de lugares de encontros primitivos: uma roda de histórias em torno do fogo ou ocas indígenas ao redor de um grande vazio central (ARCHDAILY, 2014).

A construção circular em madeira contém portais e alguns deles vão para a parte externa, periférica ao vazio central e separada pela parede, onde as crianças encontram novos mundos. Essas passagens revelam jardins, com flores campestres e chafarizes. Algumas crianças brincam de esconde-esconde e invadem um pequeno labirinto secreto. E quando a brincadeira se transforma em pega-pega, elas novamente retornam correndo para o centro da praça, pulando pelo gramado descoberto e livre (ARCHDAILY, 2014).

Lá pelo vazio central, outras aberturas, portais na parede de madeiras, oferecem mais atividades. A criatividade infantil é catalisada por esses brinquedos, que não impõe um uso específico, mas induzem formas

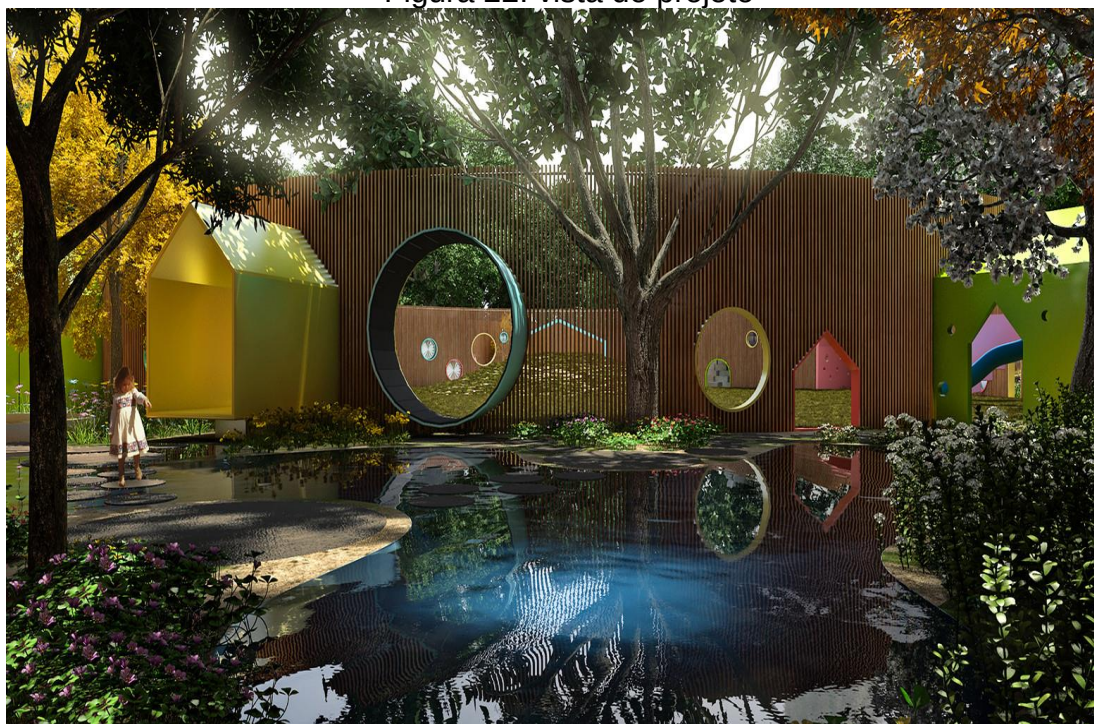
exploração. De um lado — incrustado na empena côncava de madeira — há um pequeno teatro de marionetes; na frente — em outro nicho — ficam escorregadores e balanços (ARCHDAILY, 2014).

Figura 21: vista do projeto



Fonte: ArchDaily, 2014.

Figura 22: vista do projeto



Fonte: ArchDaily, 2014.

Figura 23: vista do projeto



Fonte: ArchDaily, 2014.

5. METODOLOGIA

5.1. PESQUISA

Como afirma Oliveira (2011), a pesquisa qualitativa é feita sempre quando o interessado se encontra em uma situação de naturalidade de espírito de busca e espontaneidade para absorver minuciosamente os dados de cada informação colhida.

Este trabalho será conduzido pela metodologia de pesquisa qualitativa, tendo em vista que de acordo com Monteiro (2016) o pesquisador deve levar em consideração as preferências, os valores, interesses e princípios conduzindo para uma reflexão do seu trabalho, do seu tempo e a sociedade em que vive.

Para atender a população da melhor forma todas as informações foram analisadas e estudadas para que a proposta seja composta de todas as necessidades levantadas.

5.2. MÉTODO

Para Machado (2013), o método dedutivo age com veracidade fazendo crer que a conclusão da coisa pesquisada será o mais verdadeiro possível.

Segundo Prodanov (2013) o método dedutivo consiste em analisar de uma forma geral, e posteriormente um método particular, tendo como base teorias verdadeiras, baseadas na lógica em um raciocínio decrescente.

Com o objetivo de utilizar melhor as informações obtidas na pesquisa o método obtido foi o "dedutivo". Todas as informações coletadas, referências arquitetônicas e histórico nos direcionará para o desenvolvimento do projeto.

5.3.PROCEDIMENTO

Prodanov (2013) diz que o estudo de caso deve ser usado quando o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos, pois o foco se encontra em fenômenos da vida real. Utiliza-se a estratégia de questões do tipo “como” e “por que”, para chegar a uma conclusão.

O estudo de caso visa analisar um tema e encontrar uma explicação de sua ocorrência, identificando os fatores com contribuem para que o tema se materialize. (METTZER, 2018).

O estudo de casa será usado pois o projeto a ser desenvolvido levava em consideração as necessidades da população que serão definidas por meio de pesquisar de opinião, as limitações econômicas e as limitações do terreno.

6.REFERÊNCIAS

ANGELIS, B.L.D. de & ANGELIS NETO, G. de. **Os elementos de desenho das praças de Maringá-PR.** Acta Scientiarum, v.22(5), p.1445-1454, 2000;

ARCHDAILY Praça em Baracaldo Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-125814/praca-em-baracaldo-slash-linazasoro-arquitectura>> Acesso em: 24 ago. 2019.

ARCHDAILY Hefei Wantou & Vanke Paradise Art Wonderland Fase 1. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/892089/hefei-wantou-and-vanke-paradise-art-wonderland-fase-1-aspect-studios/5aa69167f197cc7407000097-hefei-wantou-and-vanke-paradise-art-wonderland-fase-1-aspect-studios-foto>> acesso em: 24 ago. 2019.

ARCHDAILY Praça Fonte Nova. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/891211/praca-fonte-nova-jose-adriao-arquitetos>> acesso em: 24 ago. 2019.

ARCHDAILY Praça Victor Civita. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>> acesso em: 24 ago. 2019.

ARCHDAILY Parque Madureira. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/789177/parque-madureira-ruy-rezende-arquitetos/5759cb2be58ece295a000004-parque-madureira-ruy-rezende-arquitetos-foto>> acesso em: 24 ago. 2019.

ARCHDAILY Praça Infantil Iguatemi. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/624244/praca-infantil-iguatemi-studiomk27-marcio-kogan-mais-eduardo-gurian-mais-marcio-tanaka/53c4b86fc07a80799300004a-praca-infantil-iguatemi-studiomk27-marcio-kogan-mais-eduardo-gurian-mais-marcio-tanaka-imagem>> acesso em: 24 ago. 2019.

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. **NBR 9050:2015 - Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência e edificação, espaço mobiliário e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro; ABNT,2015. Disponível

em: <<https://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BOULLÓN, Roberto C. BAPTISTA, Josely Vianna. (trad.) **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRASIL, **Lei n 7.405 de 12 de novembro de 1985**. Torna obrigatório a colocação de “símbolo internacional de acesso” em todos os locais e serviços que permitem sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l7405.htm. Acesso em 20 ago.2019.

BRASIL, **Lei n 6.766 de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766compilado.htm>. Acesso em 20 ago. 2019

CALDEIRA, Junia Marques. **A Praça Brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade**. / Junia Marques Caldeira. - Campinas, SP, 2007. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/trabalhos/OCR_CALDEIRA.pdf> . Acesso em: 13 ago. 2019

COLCHETE FILHO, Antônio. **Praça XV: projeto do espaço público**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

ECKER, Vivian Dall' Igna. **A praça como locus da sociedade: estudo de caso da Praça da Cidadania, no campus da UFS** / Vivian Dall'Igna Ecker; orientador, Nelson Popini VAZ; coorientadora, Adriana Marques ROSSETTO. – Florianópolis, SC, 2016.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **De largo a jardim: praças públicas no Brasil – algumas aproximações**. Estudos Geográficos, Rio Claro, SP, v. 5, n. 1, p. 101-120, 2007.

GOUVÊA, Laura Vieira de. **A praça contemporânea carioca: uma análise ergonômica do ambiente construído da Praça Edmundo Bittencourt: informação técnica** / Laura Vieira de Gouvêa; orientadora: Cláudia Mont'Alvão – Rio de Janeiro, RJ, 2013. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23924/23924.PDF>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

LYNCH, Kevin; PINHO, Jorge Manuel C.A.; **A Boa Forma da Cidade**. Lisboa, Edições 70, 2007;

MACHADO, L. A.; **Pesquisa e Cia. Método dedutivo**. 2013. Disponível em: <<http://pesquisacia.blogspot.com.br/2013/06/metodo-dedutivo.html>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

METTZER. **Estudo de caso: como elaborar um para seu TCC.** 2018. Disponível em: <<https://blog.mettzer.com/estudo-de-caso-para-tcc/>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

MONTEIRO, Regina Clare. Pesquisa qualitativa como opção metodológica. **Pro-Posições**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 27-35, mar. 2016. ISSN 1982-6248. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644453/11876>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. Universidade Federal de Goiás. **Metodologia Científica: Um manual para a realização de pesquisas em administração.** 2011. Disponível em: <https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição.** Editora Feevale, 2013, Acesso em: 25 ago. 2019.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **São Paulo: vila cidade metrópole.** São Paulo: FAPESP, CNPq, 2004.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio S. **Praças brasileiras: public squares in Brazil.** 3. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

RONDÔNIA. **Lei nº 3.924, de 17 de outubro de 2016.** Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cbm.ro.gov.br/index.php/transparencia/noticias/98-leis-decreto-einstrucoes-tecnicas>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

RONDÔNIA. **Constituição do estado de Rondônia.** Os Deputados Constituintes do Estado de Rondônia, afirmando o propósito de assegurar os princípios de liberdade e justiça, de favorecer o progresso sócio-econômico e cultural, estabelecer o exercício dos direitos sociais e individuais, o império da lei, com fundamento nas tradições nacionais, estimulando os ideais de liberdade, de segurança, bem-estar, igualdade e fraternidade, como valores supremos de uma sociedade pluralista e sem preconceitos, promulgam, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwja2r6yy5rkAhXPGLkGHcXpDoIQFJAAegQIARAC&url=https%3A%2F%2Fwww2.senado.leg.br%2Fbdsf%2Fbitstream%2Fhandle%2Fid%2F70438%2FCE_Rondonia.pdf%3Fsequence%3D14&usg=AOvVaw3_nyoKdpjcWndcByHhufZa>. Aceso em 24 ago. 2019.

SANTOS, Paulo Ferreira. Formação de cidades no Brasil Colonial, Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SILVA PINTO, Renata Inês Burlacchini Passos da. **A praça na história da cidade: o caso da praça da Sé – Suas faces durante (1933-1999)** / Renata Inês Burlacchini Passos da Silva Pinto. – Salvador, 2003. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&ved=2ahUKEwj0x5vQy_vjAhWTK7kGHYMaCJ8QFjAGegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Frepositorio.ufba.br%2Ffri%2Fbitstream%2Ffri%2F8820%2F1%2FDISSE%2FRTACAO%252520RENATA%252520PINTO%252520PARTE1%2525201%252520SEG.pdf&usg=AOvVaw1LEq57vJrD5ck07lQyzQ0T>. acesso em: 11 ago. 2019

SITTE, Camilo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

TEIXEIRA, Manuel C. Teixeira. (2001) **A Praça na Cidade Portuguesa, Colóquio Portugal-Brasil**, Livros Horizonte, Lisboa.252p.il.

URUPÁ. **Lei 029 de 02 de março de 1994**. Dispõe o código de obras do município de Urupá/Rondônia. Disponível em: <<http://www.urupa.ro.gov.br/>> acesso em: 19 ago. 2019

URUPÁ. **Lei 409 de 02 de junho de 2010**. Dispõe sobre a regulamentação do zoneamento, o uso e a ocupação do solo urbano dos setores 01 a 04 Urupá/Rondônia. Disponível em: <<http://www.urupa.ro.gov.br/>> acesso em: 19 ago. 2019

7.DADOS PARA CORRESPONDÊNCIA

7.1.NOME

Aécio de Lima Aquino

7.2.ENDEREÇO

Rua Jose Rocha. N°3922. Bairro Centro. Urupá-RO

7.3.TELEFONES

7.3.1.Residencial

7.3.2.Comercial

7.3.3.Celular: (69) 99228-7688

7.4.EMAIL

aecio_urupa@hotmail.com

Projeto aceito em ____/____/____

Professor(a) Orientador(a) de TCC I

Professor(a) Atelier I